



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 203.379-6 – Recife (2ª Vara de Entorpecentes da Capital)
IMPETRANTE: Adv. Josemir César Paz de Lira
PACIENTE: **CÍCERO ROBERTO PINHEIRO LINS** 181
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBST.: Desa. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. COMPATIBILIDADE COM A PRISÃO CAUTELAR. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO E DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1 – O princípio da presunção da inocência da nossa ordem constitucional não se mostra incompatível com a prisão provisória no curso do processo, exigindo-se, apenas, que a decisão que a decretou ou a manteve esteja devidamente fundamentada, demonstrando a existência dos requisitos legais para tal segregação (arts. 312 e 313 do CPP).

2 - A grande quantidade de drogas encontrada, bem como a apreensão das armas e munições, indicam a necessidade de se proteger a sociedade com a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, diante da periculosidade demonstrada.

3 - Estando presentes os requisitos da prisão preventiva, inclusive ante a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, não há o que se falar em direito à liberdade provisória, pois o parágrafo único do art. 310 do CPP recomenda que a tal benefício somente seja concedido quando o juiz verificar a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a preventiva, o que não é o caso dos autos.

4 – Eventuais condições subjetivas favoráveis não são suficientes por si só para garantir a liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Precedentes do STJ.

5 - O feito tramita nos limites da razoabilidade, não havendo qualquer constrangimento ilegal por excesso de prazo a ser reconhecido.

6 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 203.379-6 em que figura, como impetrante, o Advogado Josemir César Paz de Lira, como paciente, o acusado **Cícero Roberto Pinheiro Lins**, e como autoridade impetrada, o Juiz de Direito da 2ª Vara de Entorpecentes da Capital, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em DENEGAR** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. **Alderita Ramos de Oliveira**
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 203.379-6 – Recife (2ª Vara de Entorpecentes da Capital)
IMPETRANTE: Adv. Josemir César Paz de Lira
PACIENTE: **CÍCERO ROBERTO PINHEIRO LINS** 182
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de ***habeas corpus liberatório*** impetrado pelo Advogado Josemir César Paz de Lira, em favor de **CÍCERO ROBERTO PINHEIRO LINS**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara de Entorpecentes da Capital, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem para responder ao processo em liberdade, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal.

Afirma, o impetrante, que o paciente foi preso em flagrante delito em 06.06.09, encontrando-se recolhido no Cotel por ter, supostamente, infringido o art. 33 da Lei nº 11.343/06.

Aponta que o réu é primário e possui residência fixa com a família nesta cidade, apresentando ótimo convívio na localidade em que mora.

Sustenta que em razão do princípio da presunção da inocência consagrado na Constituição Federal, a manutenção do paciente na prisão se torna exorbitante, pois somente poderia ser executada após a consolidação da sentença condenatória.

Ainda, alega que inexistem elementos para a decretação da prisão preventiva, por não estarem presentes os pressupostos consagrados pelo art. 312 do CPP.

Por fim, aponta existir excesso de prazo, em razão do paciente estar preso por mais de 150 dias.

Acostou os documentos de fls. 11/42.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Em decisão interlocutória, o Relator Originário negou o pedido de liminar, como se vê às fls. 48/49. 183

Informações prestadas pelo Juízo impetrado às fls. 56/57.

Parecer da Procuradoria de Justiça acostado às fls. 62/63, opinando a Douta Procuradora pela denegação da ordem.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

VOTO DA RELATORA

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Em suma, sustenta, o impetrante, que o paciente deve responder ao processo em liberdade, em razão do princípio da inocência, da existência de excesso de prazo, bem como por não estarem presentes os requisitos da prisão preventiva.

De início, deve ser esclarecido que o princípio da presunção da inocência da nossa ordem constitucional não se mostra incompatível com a prisão provisória no curso do processo, exigindo-se, apenas, que a decisão que a decretou ou a manteve esteja devidamente fundamentada, demonstrando a existência dos requisitos legais para tal segregação (arts. 312 e 313 do CPP). É o que vem decidindo o STJ:

1. Por força do princípio constitucional da presunção de inocência, as prisões de natureza cautelar – assim entendidas as que antecedem o trânsito em julgado da decisão condenatória –, são medidas de índole excepcional, as quais somente podem ser decretadas (ou mantidas) caso venham acompanhadas de efetiva fundamentação.

(...)” (HC 92.097/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 15/06/2009



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Da análise dos autos, verifico que já foi analisada a possibilidade de concessão da liberdade provisória ao paciente, sendo o pedido indeferido pela Juíza integrante do Mutirão Carcerário, fundamentadamente, conforme de vê da decisão abaixo:

DECISÃO

Vistos, em sede de MUTIRÃO CARCERÁRIO.

Inicialmente é importante salientar que o processo encontra-se regular e não apresentar qualquer excesso de prazo, visto que os réus foram presos em junho deste ano, houve apresentação da Defesa Preliminar por um deles e atualmente está no aguardo de apresentação de Defesa Preliminar pelo outro réu.

Foram formulados dois pedido de liberdade provisória, todavia entendo que tal medida, in casu, não se faz possível seja por expressa vedação legal, seja porque se fazem presentes os motivos autorizadores para a decretação da custódia preventiva dos réus.

Assim posiciono-me porque o princípio da presunção da constitucionalidade dos atos normativos, reforçado pela opção do legislador constituinte no tratamento mais rigoroso dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, dão suporte de validade ao disposto no art. 44, caput, da Lei nº 11.343/2006. Existindo norma legal específica para os crimes de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, revela-se incabível o entendimento de que, abolida a vedação à liberdade provisória para os crimes hediondos, consoante nova redação do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, com a redação dada pela Lei nº 11.464/2007, seria possível o acolhimento do pleito em análise. Sobre o assunto, o Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco se manifestou recentemente:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TÓXICO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. ALCANCE DA FASE DO ART.499, CPP. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52/STJ. LIBERDADE PROVISÓRIA. INCABIMENTO. VEDAÇÃO LEGAL. INTELIGENCIA DO ART.323, INCISOS I E V, DO C.P.P. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. I-Fica superada a alegação de coação ilegal por excesso de prazo para o término da instrução criminal, com o alcance da fase procedimental estatuída no artigo 499, do C.P.P. Inteligência da Súmula nº 52, do STJ. Precedentes do S.T.J. II-A proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial em relação ao parágrafo único, do art. 310, do CPP e à Lei dos Crimes Hediondos, com sua nova redação dada pela Lei nº11.464/2007. Além do mais, o art. 5º, XLIII, da Carta Magna, proibindo a concessão de fiança, evidencia que a liberdade provisória pretendida não pode ser concedida. Precedentes do S.T.F. e do S.T.J. III-Ordem denegada. Decisão unânime. UNANIMEMENTE, DENEGOU-SE A ORDEM.". (Habeas Corpus nº 180584-7, Terceira Câmara Criminal do TJPE, Rel. Alderita Ramos de Oliveira, j. 18/3/2009).

Também vislumbro a presença dos motivos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, visto que a segregação dos réus é necessária para garantir a ordem pública. As circunstâncias da prisão dos réus demonstram que os mesmos reiteradamente praticam a traficância. Com o primeiro denunciado foram apreendidos 100 gramas de maconha e uma arma de uso restrito, e em sua residência o segundo denunciado foi surpreendido por policiais embalando maconha, local onde também foram apreendidas outras armas.

Diante do que foi acima exposto, respaldada no art. 44, da Lei nº 11.343/2006 e no art. 312, do Código de Processo Penal, indefiro o pedido de liberdade provisória e de relaxamento de prisão formulado pela Defesa. Cumpra-se.

Recife, 27 de agosto de 2009.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Luciana Maria Tavares de Menezes
Juíza de Direito

185

Em 18.09.09, o Juízo da causa apreciou novo pedido de liberdade provisória, reiterando a decisão denegatória acima transcrita.

Como se vê, tratando-se de acusado que, segundo informações da autoridade impetrada, foi preso, juntamente com outro comparsa, portando mais de 1kg de maconha e 51 pedras de crack, provavelmente para fins de tráfico, além armas de fogo e munições, visualizo presentes os requisitos para a prisão preventiva.

É que a grande quantidade de drogas encontrada, bem como a apreensão das armas e munições, indicam a necessidade de se proteger a sociedade com a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, diante da periculosidade demonstrada.

Sendo assim, estando presentes os requisitos da prisão preventiva, inclusive ante a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, não há o que se falar em direito à liberdade provisória, pois o parágrafo único do art. 310 do CPP recomenda que a tal benefício somente seja concedido quando o juiz verificar a inócorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a preventiva, o que não é o caso dos autos.

Quanto à alegação de que o paciente possui condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, tenho que tais condições não são suficientes por si só para garantir a liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva, como é o caso dos autos. Esse é o entendimento do STJ, como se pode observar:

(...) 2. Condições pessoais favoráveis, em princípio, não tem o condão de, por si só, garantirem à paciente a revogação da prisão processual, se há nos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.
3. Ordem denegada.
(HC 91.265/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24.06.2008, DJe 04.08.2008)

De outro lado, no tocante à alegação de excesso de prazo, esclareço que o feito tramita contra dois acusados, tendo a autoridade impetrada esclarecido que o corréu



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

186



não apresentou defesa prévia no prazo legal, sendo-lhe nomeada Defensora Pública. Na atualidade, conforme se pode confirmar pela consulta ao site do TJPE, a denúncia foi recebida e designada a audiência de interrogatório para o dia 17/03/10 às 15:00 horas.

Sendo assim, verifico que o feito tramita nos limites da razoabilidade, não havendo qualquer constrangimento ilegal por excesso de prazo a ser reconhecido no presente Habeas Corpus.

Desta forma, diante do exposto, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta